

DIEGO CARVALHO BUGS



DEFENSORIA
PÚBLICA DO
BRASIL

UM PARADIGMA DE ACESSO À JUSTIÇA
ÀS PESSOAS COM INSUFICIÊNCIA DE
RECURSOS ECONÔMICOS EM PORTUGAL



EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2025

Sumário

1. INTRODUÇÃO	1
2. METODOLOGIA	3
3. DO DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À JUSTIÇA: O UNIVERSO NUMA CASCA DE NOZ?.....	11
3.1 Noções introdutórias sobre direitos fundamentais: UMA LÉGUA SUBMARINA E NÃO VINTE MIL.....	11
3.2 Do direito fundamental de acesso à justiça e acesso à justiça por pessoas com insuficiência de recursos econômicos: COMEÇANDO A DESVENDAR A ILHA MISTERIOSA.....	15
3.3 Da síntese cronológica do direito de acesso à justiça aos pobres: UMA BREVE HISTÓRIA DO TEMPO	22
3.3.1 FUGAZ VIAGEM NA <i>TARDIS</i> : TELETRANSPORTE TEMPORAL DA ANTIGUIDADE AO SÉCULO XIX	22
3.3.2 PORTUGAL: DA TERRA À LUA EM ESTALAR SIDERAL DE DEDOS.....	29
3.3.3 BRASIL: DA VIA LÁCTEA À ANDRÔMEDA (ILHA DE VERA CRUZ A GUANABARA) EM SALTO QUÂNTICO	36
3.3.3.1 PLÂNTULAS DE DEFENSORIA PÚBLICA: DO IMPÉRIO À ERA CONSTITUCIONAL	42
3.4 Do Projeto Florença, ondas renovatórias e sistemas de acesso à justiça	48
4. DO SISTEMA PÚBLICO DE ACESSO À JUSTIÇA AOS HIPOSSUFICIENTES NO BRASIL	59
I) DA DEFENSORIA PÚBLICA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: VIAGEM JURÍDICA AO CENTRO DA TERRA	59
4.1 Surgimento, constitucionalização, reformas legislativas, definição, desenho institucional, permanência, essencialidade, missão constitucional e público-alvo da Defensoria Pública	59

4.2 Das garantias institucionais, autonomia e organização da Defensoria Pública.....	66
4.3 Dos princípios e objetivos institucionais da Defensoria Pública.....	76
4.4 Das funções institucionais da Defensoria Pública	84
4.5 Dos direitos dos usuários dos serviços da Defensoria Pública	104
4.6 Do membro da Defensoria Pública: provimento, garantias, prerrogativas, deveres, proibições, impedimentos, responsabilidade funcional, remuneração, férias e afastamentos	107
5. DO ACESSO À JUSTIÇA ÀS PESSOAS COM INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS ECONÔMICOS EM PORTUGAL	117
I) DO SISTEMA PORTUGUÊS DE PROTEÇÃO JURÍDICA:	
VOLTA AO MUNDO JURÍDICO EM OITENTA DIAS	117
5.1 Da regulamentação jurídica constitucional e comunitária. Da Constituição da República Portuguesa de 1976. Da Diretiva n.º 2003/8/CE.....	117
5.2 Do sistema de acesso ao direito: concepção e objetivos, informação jurídica e proteção jurídica. Da Lei n.º 34/2004.....	127
5.3 Da modalidade de proteção jurídica de consulta jurídica	128
5.4 Da modalidade de proteção jurídica denominada apoio judiciário	129
5.5 Do procedimento para obtenção de proteção jurídica: legitimidade, formulário-tipo, competência, autonomia do procedimento, prazo, notificação e alcance da decisão final.....	132
5.6 Do âmbito pessoal de proteção jurídica: pessoas singulares e coletivas.....	137
5.7 Da insuficiência de recursos econômicos: definição, critérios e alcance. Da Portaria Conjunta n.º 1085-A/2004, comprovação documental da situação econômica e fórmula de cálculo na apreciação do requerimento de proteção jurídica.....	139
5.8 Do cancelamento e caducidade de proteção jurídica	149

5.9 Da admissão e candidatura de profissionais forenses ao sistema de acesso ao direito. Da Portaria n.º 10/2008. Do Regulamento n.º 330-A/2008.....	151
5.10 Da nomeação de profissionais forenses para consulta jurídica. Da nomeação de patrono, prazo do patrono, substituição, escusa e substituição em diligência processual	152
5.11 Disposições especiais sobre processo penal. Da nomeação de defensor oficioso ao arguido, apreciação de insuficiência econômica, substituição de defensor, dispensa de patrocínio, substituição em diligência processual, nomeação para diligências urgentes, escalas de prevenção e constituição de mandatário.....	156
5.12 Dos encargos decorrentes da concessão de proteção jurídica. Do reembolso de despesas com o processo e deslocamentos aos profissionais forenses. Dos valores de compensação dos profissionais forenses. Da Portaria Conjunta n.º 1386/2004.....	162
5.13 Das regras de participação no sistema de acesso ao direito, exclusão, saída, aplicação legal subsidiária e contagem de prazos.....	168
6. DA ANÁLISE DO SISTEMA PORTUGUÊS DE PROTEÇÃO JURÍDICA E DA DEFENSORIA PÚBLICA DO BRASIL COMO (NÃO) PARADIGMA DE ACESSO À JUSTIÇA ÀS PESSOAS COM INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS ECONÔMICOS EM PORTUGAL	171
I) ELOGIOS E COMPARAÇÕES: CARTAS ENTRE BORN E EINSTEIN E O PÁLIDO PONTO AZUL DE CARL SAGAN.....	171
II) CRÍTICAS E COMPARAÇÕES: MECÂNICA ONDULATÓRIA PARA CLAREZA E SIMPLICIDADE	185
III) REFUTAÇÃO DE ARGUMENTOS: O DESMORONAR DO TEMPO.....	222
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A ORDEM TEMPORAL QUÂNTICA E A CONCILIAÇÃO DE CONTRADIÇÕES.....	247
REFERÊNCIAS	251
BIBLIOGRAFIA	251
JURISPRUDÊNCIA	268

LEGISLAÇÃO CONSTITUCIONAL, INFRACONSTITUCIONAL E INFRALEGAL.....	282
COMPLEMENTARES	295